



# ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado  
Procuradoria da FEAM

FEAM	
PROTOCOLO Nº	01735/2003 66
DIVISÃO:	720
MAT.:	VISTO: [assinatura]

MEIO AMBIENTE

## PARECER JURÍDICO

AUTUADO: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM/ DER-MG	RECURSO
PROCESSO Nº 376/2001/002/2002	
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1039/2002	
TIPO DE INFRAÇÃO: GRAVÍSSIMA	
PORTE: MÉDIO	

### I – RELATÓRIO

O Departamento de Estradas de Rodagem/DER-MG foi autuado em 06.08.2002 pela prática da infração gravíssima tipificada no art. 19, § 3º, item 6, do Decreto 39.424/98:

Art. 19(...)

§3º São consideradas infrações gravíssimas:

(...)

6. causar poluição ou degradação ambiental que provoque destruição ou outros efeitos adversos à biota nativa ou às plantas cultivadas e às criações de animais;

O autuado apresentou Defesa intempestiva.

Em razão da autuação, foi aplicada, em 28.11.2003, pela Câmara de Atividades de Infra-estrutura – CIF, multa no valor de R\$ 26.203,56.

Foi apresentado Pedido de Reconsideração, tempestivamente, em 24.03.2004. A URC COPAM do Sul de Minas, em 03.05.2010, indeferiu o Pedido de Reconsideração, mantendo a multa aplicada, porém alterando seu valor para R\$ 20.001,00, com fundamento no art. 96 e Anexo I do Decreto 44.844/2008.

O autuado apresentou Recurso tempestivo em 27.10.2010.

### II – ANÁLISE JURÍDICA

O auto de infração foi lavrado por “provocar degradação ambiental, com assoreamento de drenagem natural, ao longo do trecho da ligação rodoviária São Thomé das Letras/Entroncamento para Três Corações – São Bento Abade.” (fl. 2)

No Recurso o autuado alega, em síntese, que:

- Os danos causados ao meio ambiente a época da execução da obra foram sanados pelo próprio DER.

4



## ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado

Procuradoria da FEAM



- Em toda obra de melhoria e pavimentação de rodovias há sempre algum impacto ambiental, mas o DER sempre procurou contê-los e minimizá-los, sempre buscando autorizações e orientações dos órgãos competentes.

- Entende que não há fundamento jurídico que justifique a aplicação da multa, pois recuperou os danos de pequena importância que foram causados.

- Requer, portanto, que a multa seja anulada, reduzida em 50% ou recalculada em valor inferior.

Sob o aspecto jurídico, as alegações apresentadas pelo autuado não descaracterizam a infração cometida.

Com efeito, o autuado assume a existência de danos decorrentes das obras na ligação rodoviária entre São Tomé das Letras/Entroncamento para Três Corações, porém nega-lhe a gravidade para a lavratura do Auto de Infração.



Reconhecendo a existência do fato constitutivo (assoreamento oriundo da terraplanagem), era ônus do autuado demonstrar os fatos extintivos do direito de indenização pelos danos causados, do que não se desincumbiu. Conforme o Auto de Fiscalização (fl.1), houve dano ambiental pela carreamento de sedimentos em drenagens naturais, fato que não foi desconstituído no presente processo administrativo.

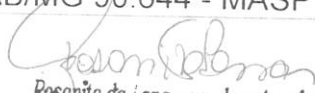
A penalidade de multa foi aplicada em consonância com o porte do autuado e a gravidade da infração, não havendo que se falar em sua redução. Ademais, o pedido de redução de 50% do valor da multa carece de base legal, não podendo ser acolhido.

### III - CONCLUSÃO

Recomenda-se à Câmara Normativa e Recursal do COPAM o indeferimento do Recurso, mantida a multa aplicada no valor de R\$ 20.001,00, por ser mais benéfica ao autuado, nos termos do disposto nos artigos 83 e 96 do Decreto nº 44.844/2008 e do art. 19, § 3º, item 6, do Decreto 39.424/98.

Belo Horizonte, 22 de novembro de 2011.

Autor: Daniel de Magalhães Pimenta Consultor Jurídico OAB/MG 98.643	Assinatura: 
Aprovado por: Gustavo Chaves Carreira Machado Procurador-Chefe da FEAM OAB/MG 90.644 - MASP 1.120.512-7	Assinatura: 

  
Rosanilda da Lapa Gonçalves Arruda  
Analista Ambiental / FEAM